

EMPRESA
TERMOELÉCTRICA PORTUGUESA
S. A. R. L.

RELATÓRIO

DO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

BALANÇO

E PARECER DO CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO DE 1965

SEDE:
RUA DO BOLHÃO, 72-3.º

PORTO

DELEGAÇÃO:
R. ROSA ARAÚJO, 34-3.º

LISBOA

EXERCÍCIO DE 1965

EMPRESA TERMOELÉCTRICA PORTUGUESA

S. A. R. L.

CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

São convocados os Senhores Accionistas, com direito a voto nos termos estatutários, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, na sede social, rua do Bolhão, 72-3.º — Porto, pelas 15 horas do dia 24 de Março do corrente ano, com a seguinte ordem do dia:

- 1.º — Discutir, aprovar ou modificar o Relatório e Contas do Conselho de Administração e o Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1965;
- 2.º — Proceder às eleições previstas no n.º 2.º do artigo 25.º e no artigo 37.º dos Estatutos;
- 3.º — Discutir e votar uma proposta do Conselho de Administração para uma emissão de obrigações como requisito do contrato de empréstimo, em negociação, com o Banco Mundial (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento).

Porto, 18 de Fevereiro de 1966

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL

Pela Companhia Hidro-Eléctrica do Norte
de Portugal (Chenop), S. A. R. L.

a) *Henrique Pimentel Saraiva*

NOTAS — Nos termos do art.º 19.º dos Estatutos, 50 acções dão direito a um voto, sendo permitido, nos termos legais, o agrupamento de accionistas que, isoladamente, não possuam. Os proprietários de acções ao portador não registadas que desejem tomar parte na Assembleia Geral, terão de as depositar, com a antecedência mínima de oito dias, na sede da Sociedade ou em qualquer Banco do País.

Nos termos do art.º 23.º dos Estatutos, podem os accionistas fazer-se representar por outro accionista, para o que basta uma carta dirigida ao Presidente da Mesa, até 3 dias antes do fixado para a Assembleia Geral e firmada em termos que não dêem lugar a dúvidas sobre a identidade do representado.

RELATÓRIO
DO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACCIONISTAS:

No cumprimento das disposições legais e estatutárias com a apresentação do Balanço e Contas do exercício findo, consideramos justificado trazer à vossa apreciação um relato da nossa actividade com certo desenvolvimento — como vem sendo tradição desta empresa e que, aliás, plenamente se justifica pelo papel de relevo que ela actualmente está desempenhando no concerto dos produtores de energia eléctrica.

Na verdade, chamada a Termoeléctrica a essa função de relevo — por razões económicas da estrutura da produção conducentes a um melhor equilíbrio hidráulico-térmico, e por razões financeiras da conjuntura nacional — da forma como essa função for desempenhada em muito dependerá a boa realização dos objectivos pretendidos.

Pela nossa parte, temos procurado que, tanto a realização imediata dos projectos no campo térmico clássico como a preparação dos projectos no campo nuclear, sejam conduzidas — embora dentro duma perspectiva tecnicamente correcta — em plena ligação com os problemas dos outros sectores relacionados da actividade nacional (recursos mineiros, expansão de refinarias, indústria metalomecânica e eléctrica, quadros de investigação e de estudos e projectos no sector da energia) visando portanto simultaneamente ao melhor aproveitamento dos valores nacionais, humanos e materiais, e à maior produtividade no seio da empresa. Dentro deste critério geral, e com vista designadamente a moderar a ampliação dos quadros da empresa nesta fase de expansão, não temos hesitado em recorrer, mesmo no domínio dos estudos e projectos, à colaboração de especialistas externos à empresa, tanto quanto possível nacionais. Com esta preocupação de evitar hipertrofias (que se alia à austeridade de gestão e à economia de gastos que se impõem numa concessionária de serviço público desta natureza) e com a permanente preocupação de planos financeiros prè-estabelecidos para alguns anos e sua periódica actualização, como se vem fazendo — crê-se

que será possível, sem sobressaltos, ir mantendo a justa remuneração do capital dos accionistas da empresa e a justa remuneração do trabalho dos seus servidores.

1 — Concessão e autorizações de estudo

No seguimento da outorga da concessão da central do Carregado, segundo decreto publicado no Diário do Governo de 8/1/1965 — e dentro do âmbito do art.º 3.º do caderno de encargos da concessão geral outorgada em 4/11/1963 — foi concedida, por despacho ministerial de 4/6/1965, autorização à Termoeléctrica para o estudo da primeira central nuclear a instalar dentro de um período de 10 anos, o que está sendo devidamente considerado no plano de trabalhos da empresa.

2 — Central da Tapada do Outeiro: funcionamento

Os três primeiros trimestres de 1965 foram caracterizados por um regime hidrológico acentuadamente seco, em continuação, aliás, do prolongamento de estiagem que se havia verificado no fim de 1964. Assim é que a produtividade hidroeléctrica referida ao ano hidrológico 1964/65 se cifrou em apenas 65 % da média dos anos registados anteriormente.

Nestes termos, a central da Tapada do Outeiro esteve em serviço para produção de energia activa durante 4 700 h (a maior parte do tempo com os seus dois grupos), correspondentes ao período de Janeiro a princípios de Outubro, com uma interrupção de meados de Março a fins de Maio. A sua produção atingiu um novo máximo de 362,1 milhões de kWh, tendo-se cifrado a emissão para a rede da Companhia Nacional de Electricidade em 329,0 milhões de kWh, valor que inclui 9,3 milhões de kWh emitidos no mês de Outubro com destino à indústria electroquímica, na sequência de um acordo especial com aquela Companhia. Mais uma vez se afirmou, portanto, a viabilidade da plena contribuição do recurso aos carvões pobres da bacia do Douro para a garantia da produção nacional de energia, com um importante valor económico de utilização que decorrerá dos indicadores do movimento de combustíveis a citar mais adiante.

É de destacar, também, o importante papel que a central da Tapada do Outeiro tem vindo a desempenhar no fornecimento de energia reactiva, contribuindo para a resolução de problemas complexos da regulação de tensão na rede. De facto, a central, em 1965, emitiu 147,4 milhões de kVArh dos quais 59,8 milhões de kVArh em serviço de compensação síncrona (isto é, fora dos períodos de produção de energia activa).

Dentre as actividades desenvolvidas na central convirá salientar que se iniciou, em colaboração com uma firma especializada, a organização do sector de conservação preventiva, com vista à obtenção de meios que aumentem não só o coeficiente de disponibilidade da central, mas também a duração de vida, em boas condições, dos seus órgãos.

Neste campo, é útil referir que, dado o funcionamento intenso da central, não houve oportunidade, em 1965, de efectuar a conservação do material, com um carácter sistemático, pelo que as despesas neste sector não atingiram os valores previstos. Neste momento, porém, e aproveitando o aspecto hidrológico favorável do ano em curso, está-se a proceder a reparações importantes, incluindo novas correcções na câmara de combustão da caldeira 1, de modo a obterem-se condições de queima mais eficientes.

Em ligação com o funcionamento da central, importa referir algumas perturbações ligadas a prejuízos em culturas circunvizinhas, em parte agravadas também pelas condições excepcionais da seca no ano agrícola; a empresa, na melhor compreensão da sua função, não deixou de, através dos seus seguradores, promover o pagamento desses prejuízos de acordo com avaliações de peritos independentes e vai encomendar os meios de aperfeiçoamento dos actuais despoeiradores da central, com vista a eliminar os efeitos dos fumos.

Além da já referida organização do sector da conservação sistemática da central, promoveu-se também, em 1965, a revisão geral do seu quadro orgânico com vista a obter uma redução dos seus efectivos (que se consideravam elevados em face dos índices normais no estrangeiro) — redução a obter, não obstante a próxima entrada em serviço do 3.º grupo, dentro duma preocupação geral de produtividade que se procurará, aliás, acentuar na medida em que

a automatização venha a ser economicamente justificada, no que terão de se ter em conta as condições peculiares de manuseamento dos combustíveis transportados, por via teleférica, das minas próximas.

3 — Central da Tapada do Outeiro: instalação do 3.º grupo

No prosseguimento da ampliação da central da Tapada do Outeiro, continuaram os trabalhos de instalação do 3.º grupo gerador de 50 MW, que elevará a potência total da central a 150 MW.

No decurso de 1965 prosseguiram as obras necessárias que actualmente se encontram em fase adiantada.

A instalação do equipamento iniciou-se em Abril com a montagem do gerador de vapor, tendo a montagem do turbo-alternador começado já em Setembro último. Espera-se que os trabalhos possam terminar, incluindo os ensaios, até ao fim da estiagem do ano corrente, de forma a haver plena garantia de funcionamento do grupo na estação seca seguinte.

4 — Central do Carregado: estudos

No mesmo ritmo intensivo do início, prosseguiram os estudos e os projectos da central do Carregado, agora em vias de ultimização em todos os pormenores.

No sector da construção civil foi lançada a quase totalidade dos concursos.

Com excepção de pequenos componentes dos auxiliares eléctricos e da empreitada da caldeiraria e tubagens para baixa pressão, foram colocadas as encomendas para todo o equipamento electro-mecânico e respectiva montagem.

Regista-se com prazer que à indústria nacional coube uma substancial parte do valor das encomendas feitas, participação que atingiu, no fim de 1965, 61,5 % quanto aos equipamentos (percentagem que cresce sensivelmente se considerarmos as empreitadas de construção civil); o alto significado deste valor será focado noutra passagem deste relatório.

Tem continuado a colaboração prestada pelos engenheiros consultores — Sofrelec (Electricité de France) — e pelos gabinetes na-

cionais de engenharia seus associados, e os resultados dos concursos têm confirmado que o regime adoptado tende a conduzir a menores investimentos do que a fórmula alternativa de encomendas globais aos grandes construtores. Até agora nada faz supor que será ultrapassado o orçamento da obra — aspecto que tem sido nossa permanente preocupação, em grau não inferior à do cumprimento do seu prazo.

Para o progresso verificado, muito tem contribuído a colaboração obtida das entidades oficiais, nomeadamente a Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, a Direcção-Geral dos Combustíveis, a Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos, o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, a Comissão de Fiscalização das Águas de Lisboa e a Direcção da Arma de Engenharia, assim como da Câmara Municipal de Alenquer e de diversas entidades privadas, designadamente a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses e a Companhia das Águas de Lisboa.

O projecto do oleoduto que deverá ligar a central à refinaria de Cabo Ruivo está numa fase avançada e espera-se que os trabalhos preliminares possam começar em breve no seguimento das diligências que estão a ser feitas junto das entidades oficiais.

O projecto geral da central foi já entregue às entidades oficiais, nos termos regulamentares.

5 — Central do Carregado: construção

Prosseguiram as obras de construção da central do Carregado, tendo-se efectuado no início do ano o arranque da primeira empreitada de construção civil — terraplenagens e acessos. Em Abril começaram as escavações para o corpo da central, tendo-se dado início no segundo semestre à obra de betão.

Quantidades mais significativas de trabalho realizado até ao fim de 1965:

escavações	93 000 m ³
aterros	205 000 m ³
pavimentos de estradas	4 000 m ²
cortinas de estacas-pranchas	4 300 m ²
betão	2 250 m ³

A ponte sobre a vala do Carregado, iniciada em Julho, encontra-se em adiantado estado de construção, prevendo-se que em breve permita a passagem de cargas pesadas.

Iniciaram-se ainda os trabalhos referentes às empreitadas seguintes:

- fundações dos reservatórios de fuel-óleo
- chaminé
- circuito hidráulico de refrigeração

De assinalar que o ritmo de execução da obra de betão do corpo da central foi bastante afectado pela ocorrência de um período excessivamente pluvioso e prolongado, que se fez sentir a partir de Outubro último.

Todavia, tem-se orientado o planeamento dos trabalhos de molde a que — vencendo diversas dificuldades ocorridas — a central possa ser posta ao serviço da rede nacional na estiagem de 1967, como previsto desde o início, embora dentro dum prazo extremamente apertado como conscientemente é por todos reconhecido.

6 — Projectos no campo térmico clássico

Para além da instalação do 1.º e do 2.º grupo da central do Carregado — prevista no Plano Intercalar de Fomento para 1967 e 1968 — passou a fazer parte do nosso plano imediato de acção a preparação da entrada em serviço do 3.º grupo da mesma central em 1969, nos termos da decisão constante do despacho do Senhor Secretário de Estado da Indústria de 3 de Dezembro p.p., na continuidade da definição de centros produtores além dos tomados como «prioritários» no Plano Intercalar.

A conclusão da central do Carregado — com a instalação do 4.º grupo, totalizando 500 MW — é de esperar para o decurso do 3.º Plano de Fomento, por óbvias razões de aproveitamento do custo marginal dessa instalação.

Continuou a Termoeléctrica a interessar-se, em 1965, pelo estudo preliminar das condições da instalação de uma central à boca da mina em Rio Maior, sendo de esperar que, em breve, possa haver

uma ideia mais concreta da viabilidade técnico-económica da utilização das lignites para esse fim.

Ainda dentro do seu programa de acção, cumpre à Termoeléctrica interessar-se pela prospecção de sítios convenientes para a ampliação da potência térmica instalada, no que só há vantagem em proceder-se com o cuidado que a antecipação permite. Dentro deste espírito, está prevista a prospecção de sítios com vista à instalação, em tempo oportuno, duma segunda central térmica clássica no Sul — porventura na península de Setúbal — problema que já foi apresentado em exposição à Secretaria de Estado da Indústria, em ligação com o projecto de instalação duma central na Base Naval do Alfeite em que está interessado o Estado Maior da Armada e a que se refere o nosso relatório de 1964.

Ainda em referência ao relatório do anterior exercício, convirá informar que, em 25 de Outubro de 1965, nos foi comunicado, pela Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, o acordo oficial a que seja estudada a entrega à nossa empresa da exploração da central Tejo, assunto que se espera poder esclarecer em 1966 com a respectiva empresa concessionária, as Companhias Reunidas Gás e Electricidade.

7 — Estudos nucleares

No prosseguimento da orientação oficial neste sector — a que as disposições da Lei de Meios para 1966 vieram dar justo e oportuno relevo — e de acordo com a doutrina fixada pela Secretaria de Estado da Indústria, tendo em conta o interesse provável da produção por via nuclear a breve prazo, tem-se dado execução à autorização de estudos nucleares concedida à empresa e antes referida.

Assim — e sem prejuízo de o problema nos estar a interessar sob o aspecto de prospecção doutros sítios no País convenientes para a localização de centrais nucleares — prosseguiram, em 1965, os estudos conjuntos com a Companhia Sevillana de Electricidad, concessionária do Sul de Espanha, tendo como finalidade elaborar um relatório preliminar da viabilidade de construção, na fronteira Sul, de uma central nuclear de grande potência que, através duma interligação a instalar, possa fornecer energia às redes dos dois países. Com efeito, os estudos de interligação de ambos os merca-

dos energéticos, mostram que se poderia tirar vantagem do efeito de maior escala desse eventual empreendimento no custo da produção de energia, se forem favoráveis as conclusões finais dos estudos.

Os estudos preliminares duma eventual central junto da fronteira Sul, têm-se desenvolvido regularmente, estando nesta data praticamente terminados, além dos estudos energéticos, os que se referem aos aspectos ligados à escolha de sítios. Os estudos respeitantes aos aspectos técnico-económicos deverão estar concluídos no segundo semestre do ano corrente. É importante salientar que — independentemente dos resultados a que se for conduzido na análise de viabilidade do empreendimento e das decisões subsequentes — se consideram úteis e esclarecedores os estudos entretanto empreendidos como ensaio concreto à escala apropriada, e também que os estudos em conjunto têm revelado o maior interesse quanto a troca de informações e quanto a recolha de dados relativos a uma região que, pelas suas características demográficas e outras, parece especialmente aconselhada para a instalação de futuras centrais nucleares.

Os estudos gerais de mercado e o acompanhamento do progresso tecnológico nuclear constituíram igualmente parte da acção desenvolvida pela Termoeléctrica no campo nuclear, com missões de informação realizadas pelos técnicos, devendo citar-se em especial a participação no 2.º Congresso do Forum Atómico Europeu de Frankfurt. A empresa tem planeado, para o ano em curso, a recolha sistemática de informações sobre os mercados nucleares, através de contactos directos com entidades oficiais e particulares estrangeiras.

Apraz-nos por fim dar o devido realce à colaboração que progressivamente tem vindo a ser estabelecida com a Junta de Energia Nuclear, fruto do interesse que o seu Presidente dispensa às actividades da nossa empresa. Esta colaboração tem-se processado através dum grupo de trabalho criado e vem-se desenvolvendo com particular relevo nos sectores do combustível e da segurança nucleares.

8 — Tarifas. Receitas de exploração

As receitas de exploração da empresa continuaram a ser definidas de acordo com o Decreto-Lei n.º 46 031 de 4 de Novembro de

1964, quer quanto aos encargos fixos por participação no «pool» da Rede Primária, quer quanto aos encargos variáveis mediante pagamento pelo Fundo de Apoio Térmico.

No entanto, por despacho do Senhor Secretário de Estado da Indústria, foi decidido oportunamente que se utilizasse também o Fundo de Apoio Térmico:

- a) para cobertura dos encargos variáveis com o funcionamento da central Tejo em apoio da Rede Primária nos meses de Dezembro de 1964 e Janeiro e Fevereiro de 1965 (no valor total de cerca de 18 000 contos);
- b) para satisfazer o pagamento do montante total da energia importada (no valor de cerca de 100 000 contos).

Consequentemente, a energia que assim entrou na rede da Companhia Nacional de Electricidade pôde ser considerada como proveniente dos produtores da Rede Primária sendo-lhes creditada em conformidade. Esta operação veio permitir às empresas produtoras da Rede Primária, entre as quais a Termoeléctrica, arrecadar as receitas que seriam de esperar se o ano não tivesse sido hidrológicamente muito seco (embora a situação deficitária do Fundo de Apoio Térmico tivesse de ser resolvida mediante um empréstimo contraído na Caixa Geral de Depósitos pela Companhia Nacional de Electricidade na sua qualidade de gestora do Fundo). Há que referir que, mesmo assim, as receitas provenientes da venda de energia para consumos especiais (electroquímica e outros) não atingiram, em face das necessárias restrições, os quantitativos considerados normais, o que se reflecte nos montantes gerais das receitas da Rede Primária.

No que se refere, especialmente, à Termoeléctrica, as receitas brutas atingiram em 1965 valor elevado designadamente por motivo do intenso funcionamento da central da Tapada do Outeiro — com a óbvia contrapartida no consumo de combustíveis — sendo de anotar a confirmação da justeza do cálculo dos encargos variáveis que continuaram a ser pagos pelo Fundo de Apoio Térmico ao preço aprovado de \$21,5, no qual se inclui a parte destinada à grande

conservação que o longo funcionamento da central exige e que, pela impossibilidade de ter sido realizado em 1965, fez tivesse de transitar para 1966 o respectivo encargo.

9 — Abastecimento de combustíveis

a) — *Central da Tapada do Outeiro*

Dentro do primeiro trimestre de 1965 foram assinados novos contratos com a Empresa Carbonífera do Douro e com a Companhia das Minäs de Carvão de S. Pedro da Cova abrangendo um período de 3 anos (até 1967).

Como já foi referido no relatório do ano anterior, mantém-se o quantitativo a fornecer pelas minas — 50 000 a 80 000 toneladas por ano e por mina — embora os estudos em curso permitam considerar que, após 1968, os quantitativos possam ser incrementados, conjugando assim, em nível nacional, o aspecto da produção de energia com os próprios interesses mineiros, através duma maior regularidade dos fornecimentos do carvão (que será tornada possível pela maior componente térmica do sistema produtor e sua mais certa intervenção nas estações secas de todos os anos, como um dado do planeamento, se for essa a orientação oficial).

Em face do consumo elevado de carvão que se verificava no decorrer do ano, foi oportunamente solicitado às minas que incrementassem a sua produção para os máximos contratuais, ainda dentro de 1965. Assim é que as entregas de carvão ultrapassaram neste ano as 140 000 toneladas, prevendo-se que as minas possam entregar em 1966 cerca de 160 000 toneladas, de modo a levarem o parque de combustível a valores que voltem a garantir a satisfação dos consumos em caso de ocorrência de um ano muito seco (tendo em conta, aliás, a entrada em serviço do 3.º grupo prevista para a estiagem do ano corrente).

O parque de carvão, que foi dimensionado com a capacidade de 500 000 toneladas, continha, em 31 de Dezembro de 1964, cerca de 390 000 toneladas e baixou em fins de 1965 para 270 000 toneladas.

O consumo de carvão na central cifrou-se em cerca de 264 000 toneladas, atingindo o consumo de fuel-óleo de apoio o quantitativo de 17 800 toneladas (que, atendendo ao elevado valor por que é pago — 1 020\$00/t, com encargos de transporte — não deixou de ter certa influência no custo da energia).

b) — *Central do Carregado*

No seguimento do que se expôs nos relatórios anteriores, continuaram em 1965 as conversações com a SACOR e SONAP relativas ao abastecimento de fuel-óleo à central do Carregado a efectuar através dum oleoduto que ligará a refinaria de Cabo Ruivo à central.

Iniciaram-se, concomitantemente, as negociações com aquelas empresas no sentido de se estabelecer um contrato que regule as condições de fornecimento daquele combustível e que se espera venha a ser celebrado no decorrer do presente ano.

Tendo em vista as implicações do preço do fuel-óleo nos encargos variáveis da central do Carregado, e em consequência do despacho do Senhor Secretário de Estado da Indústria, já mencionado no relatório anterior, limitando o preço daquele combustível a 600\$00 por tonelada — valor da ordem de grandeza da cotação internacional do produto — promoveu a Termoeléctrica diversas diligências junto do Governo no sentido de serem esclarecidos, ao abrigo das disposições do Decreto-Lei 46 031, certos aspectos que condicionam este importante problema a fim de que seja possível vir a obter o óptimo do custo da energia, do ponto de vista nacional.

10 — **Financiamento de 1965**

Para cobrir as necessidades do investimento programado, foi estabelecido um plano de financiamento de valor correspondente, no total de 355 000 contos, conforme se indicou no relatório transacto.

Este financiamento seria obtido pelo recurso às seguintes fontes: acções; crédito externo; autofinanciamento (disponibilidades internas e dotação para investimentos nos termos do Decreto-Lei n.º 46 031).

A revisão da situação financeira, que foi feita de acordo com

a sua evolução no decorrer do ano, permitiu que só ao aproximar-se do fim do exercício, fosse aconselhável lançar a emissão prevista de acções, por não haver necessidade de mobilizar mais cedo capital accionista.

A referida emissão — no valor de 120 000 contos — foi lançada já em fins de Novembro, mas permitindo que a sua realização fosse feita em três prestações, sendo a 1.ª de 40 % paga no acto da subscrição, relegando para o ano seguinte 60 % da emissão, correspondentes às duas restantes prestações, de 30 % cada uma. Tal como aconteceu com a emissão do ano anterior, também esta despertou grande interesse no público, tendo sido largamente excedida a emissão, pelo que as subscrições que não estavam ao abrigo da preferência estatutária só puderam ser atendidas na base duma diminuta percentagem.

Quanto ao crédito externo, representado na utilização dos dois contratos de empréstimo celebrados com o Banco Mundial, a sua realização foi, durante o ano, de 85 088 contos, sendo 34 033 contos por força do primeiro empréstimo e 51 055 por força do segundo. Esta utilização resultou dos pagamentos feitos aos nossos fornecedores, nos termos contratuais, notando-se que estava prevista utilização superior, em cerca de 60 000 contos.

O menor valor atingido em relação ao crédito externo previsto para 1965, assim como a transferência para 1966 da chamada duma parte do capital accionista, resultaram essencialmente de certos pagamentos, a fazer aos fornecedores dos equipamentos já adjudicados, terem sido transferidos para 1966 por se encontrarem dependentes do formal preenchimento de condições prévias estabelecidas na adjudicação, o que já está regularizado na data de redigir este relatório.

O autofinanciamento por força das disponibilidades internas atingiu o montante de 45 110 contos.

No que respeita ao «autofinanciamento» criado pelo Decreto-Lei n.º 46 031 (dotação para investimento) foi de 22 000 contos o valor atingido — que se toma igual ao previsto — e cuja aplicação se efectuou nos termos, e com os condicionamentos, do art.º 8.º do mesmo Decreto-Lei, pelo que lhe é dada representação adequada no balanço e contas.

11 — Plano de financiamento para 1966

O plano de financiamento para 1966 foi estabelecido a partir do programa de investimento previsto, com a actualização resultante do diferimento de pagamentos relativos a 1965 e das decisões tomadas quanto ao 3.º grupo da central do Carregado cujo financiamento torna conveniente prever, como solução mais expedita (dado que o recurso ao crédito externo se processa com certo diferimento), a elevação — de 120 000 para 165 000 contos — do montante da emissão de acções prevista para 1966 no plano financeiro da empresa.

Assim, a previsão de investimentos para 1966 pode ser esquematizada da seguinte forma:

Tapada do Outeiro: 3.º grupo		143 000 contos
Carregado: 1.º grupo	370 000	
2.º grupo	120 000	
3.º grupo	50 000	540 000 contos
Rio Maior (estudos)		1 000 contos
Estudos Nucleares		10 000 contos
		<hr/>
Total		694 000 contos

O programa de financiamentos para 1966 correspondentes às necessidades acima indicadas, fica previsto pelos quantitativos e fontes de financiamento seguintes:

Acções:

60 % da emissão de 1965 (transferência para 1966)	72 000	
Emissão de 1966	165 000	237 000 contos
	<hr/>	

<i>Crédito externo</i> (Banco Mundial)		377 500 contos
<i>A transportar</i>		<hr/> 614 500 contos

	<i>Transporte</i>	614 500 contos
<i>Autofinanciamento</i> (dotação para investimento — Decreto-Lei 46 031):		
	Autorizado (em seguimento do parecer de 1964 do Conselho Superior de Electricidade, que não considerava o programa de instalação de grupos no Carregado posteriormente decidido)	40 000
	Aditamento previsto (pela razão indicada)	18 900
		<hr/> 58 900 contos
	<i>Disponibilidades internas</i>	10 600 contos
	<i>Não especificadas</i>	10 000 contos
		<hr/>
	Total	694 000 contos

12 — Relações com o Banco Mundial

O Banco Mundial (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento) continua a desempenhar um papel de importância primordial no financiamento das nossas realizações, mantendo-se este ao nível de 60 % dos novos investimentos.

Depois de diversos contactos ocorridos principalmente em 1964, veio a assinar-se em Washington, em Abril de 1965, o segundo empréstimo, no valor de 15 milhões de dólares, destinado a financiar a aquisição de equipamentos electromecânicos para a primeira fase da central do Carregado.

Em Maio de 1965 visitou-nos uma nova missão de técnicos do Banco para estudar um terceiro empréstimo, com vista ao financiamento do 2.º grupo da mesma central. Espera-se que este empréstimo, cujas negociações finais terão lugar em Washington dentro em breve, atinja a cifra de 10 milhões de dólares. Com a conclusão deste terceiro acordo de empréstimo elevar-se-á o total dos financiamentos

do Banco Mundial a 30 milhões de dólares, o que mostra o interesse que aquela instituição de cooperação internacional atribui aos nossos empreendimentos.

A determinação oficial, antes referida, de dar seguimento à instalação do 3.º grupo do Carregado com um ano de intervalo após o 2.º grupo, levou-nos desde logo a estabelecer, dentro da orientação definida pelo Governo, um primeiro contacto com o Banco com vista a prosseguir idêntica política de crédito, parecendo possível que o respectivo contrato de empréstimo possa ser negociado ainda dentro de 1966.

Importa salientar neste lugar — em seguimento das correspondentes considerações do relatório do exercício anterior — o grau que foi possível atingir quanto à participação da indústria nacional metalomecânica e eléctrica no equipamento do primeiro grupo do Carregado que já antes se referiu: 61,5 % para as encomendas até ao final de 1965 (o que representa cerca de 80 % do valor total previsto para equipamento). Se considerarmos a intervenção nacional na construção civil e no projecto geral, pode prever-se que a participação nacional no escalão venha a atingir, em ordem de grandeza, cerca de 70 %.

Crê-se poder objectivamente extrair dos índices citados o significado de que a indústria nacional metalomecânica e eléctrica conseguiu desfazer as preocupações que havia em alguns sectores sobre a viabilidade da sua participação com relevo, ao enveredar-se por um programa térmico importante de que não havia tradição no País e sobretudo com os concursos de equipamento realizados dentro das normas de competição internacional do Banco Mundial. Este resultado só foi possível com a boa colaboração de todos e designadamente com a compreensão do Banco Mundial — através da margem de protecção à indústria nacional com que concordou — perante este importante problema da nossa economia que é o de conseguir que os investimentos, por natureza elevados do sector da energia, se traduzam em apreciáveis valores acrescentados no País.

13 — Colaboração aos órgãos colectivos da indústria eléctrica

Como membro da Comissão Directiva do RNC esta empresa acompanhou directamente a sua acção de coordenação da rede eléc-

trica que, num ano de especiais dificuldades energéticas, pôde ser levada a bom termo pela atenção e eficiência havidas.

Também acompanhámos, com todo o interesse, a acção desenvolvida pelo Grémio Nacional dos Industriais de Electricidade, registando os seus esforços no sentido da defesa dos interesses de conjunto da indústria e da resolução breve de importantes problemas, de ordem profissional, do sector.

14 — Balanço e resultados do exercício

Como habitualmente, alguns comentários se torna conveniente fazer ao Balanço e às Contas de Exploração e de Lucros e Perdas, para notar aspectos de relevo geral e para explicação de alguns valores nele incluídos (*).

Como apreciação geral, poderá dizer-se que o Balanço apresenta uma situação satisfatória de solidez da empresa e de desafogo da tesouraria.

O valor indicado em activo disponível resulta, em parte, da entrada da primeira prestação de 48 000 contos, do 5.º aumento de capital de 120 000 contos, cuja emissão se fez ao findar o exercício, e do facto de certo número dos subscritores não ter feito o levantamento dos reembolsos (29 000 contos) a que o rateio deu lugar, valor este que tem compensação por contabilização, no Passivo, em Contas Correntes.

É sempre merecedor de especial atenção, pelo significado de gestão que tem, o valor representado na conta de Existências. Este valor é inferior em cerca de 13 000 contos ao do exercício anterior, o que proveio quase exclusivamente da desmobilização de combustíveis, armazenados em parque, como consequência do longo e intenso período de funcionamento da central da Tapada do Outeiro. Não pode perder-se de vista, no entanto, que sempre terá de haver uma elevada reserva de combustíveis sólidos nesta central cuja

(*) Como já se referiu no relatório anterior, as contas da empresa estão a ser observadas pelos auditores Barton, Mayhew & Co. que no ano em apreciação acompanharam os nossos serviços com regularidade.

cadência de abastecimento não pode acompanhar o ritmo dos consumos nos seus períodos de funcionamento.

Os mais significativos valores da conta de Existências são os seguintes:

Carvão	44 000 contos
Óleos combustíveis	3 000 contos
Peças de reserva	5 300 contos
Material de consumo corrente e diversos	3 400 contos

A conta Accionistas reflecte o valor não realizado da subscrição da última emissão de capital, correspondente às duas prestações de 30 % cada, cujo vencimento cai dentro do ano em curso.

Ao analisarem-se os valores inscritos no Activo Imobilizado tem-se a medida da evolução dos investimentos e, conseqüentemente, a marcha das realizações dos empreendimentos programados.

Verifica-se que, no decorrer do exercício, o Activo Imobilizado subiu a 736 860 contos (deduzidas as reintegrações) o que reflecte o aumento de 162 507 contos, em relação ao fecho do exercício anterior. Nestes montantes se incluem os Pagamentos Antecipados que correspondem às prestações vencidas de acordo com as condições das encomendas de equipamento, em execução.

Dos aumentos verificados são de salientar: na central da Tapada do Outeiro, 18 340 contos de imobilizações fixas e 52 460 contos de pagamentos antecipados; na central do Carregado, 30 655 contos de imobilizações fixas, e 58 995 contos de pagamentos antecipados.

No Passivo há a notar o decréscimo sensível do montante da conta Financiamentos — Empréstimos Internos — da ordem de 58 000 contos — o que resultou das amortizações dos empréstimos a longo prazo e liquidação dos empréstimos a médio prazo. Desta forma os financiamentos da empresa ficaram praticamente limitados às fontes de financiamento normal a longo prazo.

No prosseguimento das operações financeiras a coberto dos empréstimos a longo prazo, do Banco Mundial, os financiamentos externos subiram a 118 766 contos, o que corresponde ao aumento de 85 000 contos em relação ao valor atingido no exercício anterior.

Aparece na conta «Dotação para Investimento» — (Autofinan-

ciamento em cumprimento do Decreto-Lei n.º 46 031) o valor acumulado de 42 000 contos, dos quais 22 000 contos respeitam ao exercício em apreciação, conforme o estatuído superiormente dentro das obrigações contraídas com o Banco Mundial. A este assunto se julga ter feito suficiente referência no relatório anterior, encontrando-se alguns aspectos fiscais inerentes ainda pendentes de decisão pelo Ministério das Finanças no seguimento de reclamação apresentada pela empresa. Por dedução nesta mesma conta figura uma verba de compensação de reintegrações, no valor de 141 424\$25, cuja inscrição foi feita em obediência à orientação que dimana do já referido Decreto-Lei n.º 46 031.

A conta de Exploração apresenta o saldo de 59 950 460\$17.

A conta de Lucros e Perdas fechou com o lucro líquido de 27 446 726\$66 que adicionado ao saldo de 322 000\$04, que transitou do exercício anterior, perfaz o total de 27 768 726\$70. Em relação com esta conta, convém explicitar o significado de duas provisões constituídas com vista a 1966.

Em primeiro lugar, tornou-se necessário fazer transitar para 1966 os encargos de impostos cuja liquidação, no valor aproximado de 2 500 contos, está dependente da determinação do seu quantitativo por virtude de reclamação apresentada pela empresa em ligação com a interpretação do conceito de autofinanciamento determinado pelo Decreto-Lei n.º 46 031 pelo que se resolve constituir a adequada provisão.

Em segundo lugar, o intenso trabalho a que foi submetida a central da Tapada do Outeiro, por necessidades impostas pela longa estiagem que ocorreu no exercício findo, não permitiu realizar, antes do fim do ano, os trabalhos de grande conservação e reparação das instalações. A despesa com estes trabalhos irá recair no ano de 1966, e presume-se que atingirá valor elevado devido aos efeitos no material de tão longo e ininterrupto funcionamento da central, e também, como é normal, ao tipo de combustível utilizado. Para este fim, somos levados a constituir uma verba de 7 500 contos que é a que está de acordo com o que sempre foi previsto.

Quanto à distribuição que se propõe para o saldo da conta de Lucros e Perdas, há a notar, pelas mesmas razões expostas no relatório transacto, que os encargos, a suportar pela tarifa estabelecida

para o triénio 1964/1966, sofrem proporcionalmente agravamentos em relação aos anos anteriores, visto as receitas serem estabelecidas, em cada ano, a partir dos encargos médios desse triénio e se esperar que eles irão crescer sensivelmente em 1966 designadamente em face do maior quantitativo de capital accionista a remunerar. Daqui resulta a necessidade de fazer transitar uma parte dos lucros para o exercício seguinte, pelo que se reforça em 4 000 contos o Fundo de Estabilização de Dividendos criado por força do saldo do exercício de 1964 para ajudar à regularização das remunerações do capital.

Nestas condições temos a honra de propor que ao saldo da conta de Lucros e Perdas seja dada a seguinte aplicação:

— Fundo de Reserva Legal	1 380 000\$00
— Dividendo	
70\$00 por acção (remuneração de 315 000	
contos)	22 050 000\$00
— Fundo de Estabilização de Dividendos	4 000 000\$00
— Para Conta Nova	338 726\$70
	<hr/>
Total	27 768 726\$70

15 — Considerações finais

Ao concluir este relatório, cumprimos o dever de manifestar o nosso reconhecimento aos membros do Governo da Nação, particularmente aos Gabinetes da Economia e das Finanças, que mais directamente têm acompanhado a nossa actividade e não nos têm faltado com o seu apoio. Designadamente ao Senhor Secretário de Estado da Indústria que, por força do cargo, mais directamente tem tomado conhecimento dos nossos problemas e definido em conformidade a necessária orientação, estamos muito gratos pelo interesse que tem manifestado pela actividade da empresa e que se concretizou, por exemplo, na sua visita de trabalho à central da Tapada do Outeiro que tivemos a honra de receber em Agosto p. p.

Agradecemos também às Entidades Bancárias do sector público e privado o apoio que nos concederam, assim como toda a com-

preensão que encontrámos nos departamentos dos Serviços Officiais com que, nos termos legais, tivemos relações mais directas no ano findo, ou sejam, no Ministério da Economia, a Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, a Direcção-Geral dos Combustíveis e a Inspeção-Geral dos Produtos Agrícolas e Industriais e os principais departamentos da Presidência do Conselho (Secretaria Geral e Secretariado Técnico), dos Ministérios das Finanças, das Obras Públicas e das Corporações e Previdência Social.

Cumpre-nos também gostosamente registar o compreensivo e valioso apoio que nos foi prestado pelo Conselho Fiscal.

E concluimos com uma justa palavra de louvor ao nosso pessoal que têm trabalhado com muita dedicação na presente fase, particularmente difícil, de desenvolvimento da actividade da empresa.

Porto, 7 de Março de 1966

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Fernando Ivo Gonçalves — Presidente

Francisco Alberto Corrêa Figueira, pela C.^a El.^a do Alentejo e Algarve — CEAL

Alberto Fonseca de Figueiredo, pela Empresa Carbonífera do Douro

Pedro Manuel de Oliveira Reis, pela C.^a Nacional de Electricidade

BALANÇO,
RESULTADOS DO EXERCÍCIO
E
CONTA DE EXPLORAÇÃO

Balço em 31 de Dezembro de 1965

ACTIVO

DISPONÍVEL

Caixa	190 157\$20	
Bancos	119 938 279\$97	120 128 437\$17

REALIZÁVEL

Participações Financeiras	15 800\$00	
Contas Correntes (Saldo Devedores)	26 793 527\$54	
Accionistas	72 000 000\$00	
Efeitos a Receber	34 654\$00	
Existências	55 691 552\$68	154 535 534\$22

IMOBILIZADO

FIXO		
Central da Tapada do Outeiro	577 292 865\$11	
Central do Carregado	49 640 180\$83	
Material de Estaleiro	596 268\$95	
Material de Transportes	1 394 270\$70	
Móveis e Utensílios	3 921 387\$93	
Biblioteca	390 189\$40	
	633 235 162\$92	
Reintegrações:		
Central da Tapada do Outeiro	53 799 880\$53	
Material de Transportes	325 692\$94	
Móveis e Utensílios	737 623\$10	
Biblioteca	20 006\$70	— 54 883 203\$27
	578 351 959\$65	
DE TRANSIÇÃO		
Pagamentos Antecipados	151 682 973\$25	
Estudos Nucleares	6 822 004\$87	
Estudos de Novos Empreendimentos (a imputar)	2 762\$89	158 507 741\$01
	736 859 700\$66	1 011 523 672\$05

CONTAS DE ORDEM

Cauções Estatutárias	300 000\$00	
Garantias Bancárias	102 388 347\$00	
Material Encomendado	703 035 427\$65	
Créditos Abertos	456 233 650\$30	1 261 957 424\$95

O CHEFE DA CONTABILIDADE

Júlio Ribeiro

PASSIVO

EXIGÍVEL A CURTO PRAZO

Contas Correntes (Saldo Credores)	44 473 711\$42	
Juros de Obrigações a Pagar	3 503 296\$13	
Juros de Acções a Pagar	988\$64	
Obrigações Sorteadas	2 903 000\$00	
Dividendos a Pagar	23 117\$67	50 904 113\$86

EXIGÍVEL A MÉDIO E LONGO PRAZO

Obrigações	159 146 000\$00	
Financiamentos:		
— Empréstimos Internos	153 035 926\$50	
— Empréstimos Externos (Banco Mundial)	118 766 349\$51	271 802 276\$01
	430 948 276\$01	481 852 389\$87

SITUAÇÃO LÍQUIDA

INICIAL

Capital		435 000 000\$00
-------------------	--	-----------------

ACUMULADA

Fundo de Reserva Legal	3 915 000\$00	
Fundo de Estabilização de Dividendos	7 500 000\$00	
Reconstituição do Investimento	2 333 319\$37	
Provisões:		
— Conservação e Reparação	8 795 660\$36	
— Impostos	2 500 000\$00	11 295 660\$36
	25 043 979\$73	

CONDICIONADA

Dotação para Investimento (Autofinanciamento em cumprimento do Decreto-Lei n.º 46 031)	42 000 000\$00	
Compensação de Reintegrações	— 141 424\$25	41 858 575\$75

ADQUIRIDA

Lucros e Perdas:		
Saldo de 1964	322 000\$04	
Lucro do Exercício	27 446 726\$66	27 768 726\$70
	529 671 282\$18	1 011 523 672\$05

CONTAS DE ORDEM

Credores por Cauções Estatutárias	300 000\$00	
Credores por Garantias Bancárias	102 388 347\$00	
Credores por Material Encomendado	703 035 427\$65	
Credores por Créditos Abertos	456 233 650\$30	1 261 957 424\$95

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Fernando Ivo Gonçalves — Presidente
Francisco Alberto Corrêa Figueira, pela C.ª El.ª do Alentejo e Algarve — CEAL
Alberto Fonseca de Figueiredo, pela Empresa Carbonífera do Douro
Pedro Manuel de Oliveira Reis, pela C.ª Nacional de Electricidade

Desenvolvimento da Conta «LUCROS E PERDAS»
EXERCÍCIO DE 1965

<u>DÉBITO</u>		
Despesas Gerais		5 641 131\$50
Encargos Financeiros		17 202 865\$56
Provisões:		
— Conservação e reparação	7 500 000\$00	
— Impostos	2 500 000\$00	10 000 000\$00
Reintegrações:		
— Móveis e Utensílios	185 668\$10	
— Biblioteca	20 006\$70	205 674\$80
Transportadores de Carvão c/ Exploração: — Pejão e Instalação de Desvio — Saldo		126 655\$03
Saldo de 1964	322 000\$04	
Lucro Líquido do Exercício	27 446 726\$66	27 768 726\$70
		<u>60 945 053\$59</u>

O CHEFE DA CONTABILIDADE

Júlio Ribeiro

<u>CRÉDITO</u>		
Saldo de 1964		322 000\$04
Energia c/ Exploração — Saldo		59 950 460\$17
Rendimentos Diversos		531 169\$13
Dotação para Investimento (Autofinanciamento em cumprimento do Decreto-Lei n.º 46 031):		
— Compensação de Reintegrações		141 424\$25
		<u>60 945 053\$59</u>

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Fernando Ivo Gonçalves — Presidente

Francisco Alberto Corrêa Figueira, pela C.ª El.ª do Alentejo e Algarve — CEAL

Alberto Fonseca de Figueiredo, pela Empresa Carbonífera do Douro

Pedro Manuel de Oliveira Reis, pela C.ª Nacional de Electricidade

Desenvolvimento da Conta «ENERGIA C/ EXPLORAÇÃO»

EXERCÍCIO DE 1965

DÉBITO	
Combustíveis	58 954 259\$52
Material	2 620 971\$69
Despesas Gerais de Exploração	5 883 318\$47
Despesas de Conservação e Reparação	3 044 326\$03
Reintegrações — Central da Tapada de Outeiro	13 273 349\$77
Reconstituição do Investimento	1 084 962\$25
Dotação para Investimento (Autofinanciamento em cumprimento do Decreto-Lei n.º 46 031)	22 000 000\$00
Saldo	59 950 460\$17
	166 811 647\$90

O CHEFE DA CONTABILIDADE
Júlio Ribeiro

CRÉDITO	
Receitas de Exploração	166 811 647\$90
	166 811 647\$90

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Fernando Ivo Gonçalves — Presidente
Francisco Alberto Corrêa Figueira, pela C.ª El.ª de Alentejo e Algarve — CBAL
Alberto Fonseca de Figueiredo, pela Empresa Carbonífera do Douro
Pedro Manuel de Oliveira Reis, pela C.ª Nacional de Electricidade

PARECER
DO
CONSELHO FISCAL

SENHORES ACCIONISTAS:

Nos termos legais e estatutários acompanhámos, com regularidade e todo o interesse, a actividade da empresa, a qual, assinala-se, mantém o ritmo de expansão que vem a evidenciar desde há alguns anos.

Prosseguem, sensivelmente de acordo com as previsões, os trabalhos de ampliação da central da Tapada do Outeiro e de instalação do 1.º grupo da central do Carregado, empreendimentos que, com todas as implicações inerentes à sua realização, continuam a ser orientados eficazmente pelo Conselho de Administração.

Cabe-nos assim, e fazemo-lo gostosamente, dirigir uma palavra de muito apreço pela acção daquele Conselho.

Finalmente registamos a circunstância de termos encontrado as contas devidamente escrituradas e em boa ordem.

Nestas condições, damos a nossa concordância ao Relatório do Conselho de Administração e temos a honra de propor:

- a aprovação do Relatório, Balanço e Contas;
- um voto de apreço pela acção do Conselho de Administração durante o exercício que findou;
- que seja aprovado um voto de louvor ao pessoal pela dedicação posta no desempenho das suas funções;
- que aproveis a aplicação do saldo da conta de Lucros e Perdas conforme proposta do Conselho de Administração.

Porto, 7 de Março de 1966

O CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE

Agnelo Galamba de Oliveira

VOGAIS

José Nicolau Pires Correia — (Hidro Eléctrica do Douro)

Manuel Magalhães Mexia

